

Tapete curto, sujeira de sobra

(09.03.2009)

Quando escândalos de corrupção colocam em xeque a dignidade do poder, a mais usual das receitas é colocar toda a sujeira debaixo do tapete. E assim tem sido ao longo de séculos. Nos últimos oito meses, o assunto predileto é o que envolve o banqueiro oportunista, cujo nome a Justiça, em decisão ditatorial, continua me proibindo de citar. Desde que o banqueiro foi mandado para a prisão, mesmo que por poucas horas, o Estado passou a gravitar na órbita do maior escândalo de corrupção da história do país. E desse esquema lamacento e fétido a República ficou refém.

Na última sexta-feira, 6 de março, veículos de comunicação começaram a noticiar o conteúdo da matéria de capa da mais recente edição da revista *Veja*. O delegado Protógenes Queiroz teria criado uma rede ilegal de espionagem enquanto esteve no comando da Operação Satiagraha, da Polícia Federal. De acordo com a reportagem da *Veja*, Protógenes bisbilhotou a vida de autoridades, entre elas a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, o senador Heráclito Fortes, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador José Serra, de São Paulo, e Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio, entre outros.

Isso foi suficiente para que parlamentares anunciassem a prorrogação dos trabalhos da CPI do Grampo. Natimorta, a CPI ganhou sobrevida por ocasião da prisão do banqueiro oportunista e seus badalados comparsas. Foi então que deputados da oposição – leia-se tucanos e democratas – começaram a fazer um jogo de cena para desacreditar o trabalho de Protógenes, que conseguiu o que há muito o Brasil esperava: o banqueiro oportunista contemplando o nascer do astro-rei de maneira geometricamente distinta.

Nesse escândalo há uma sequência de fatos que merece análise e atenção. Se a prisão sempre foi o maior fantasma na vida do banqueiro, dois habeas corpus lhe foram concedidos em tempo recorde, sem que o processo ao menos fosse analisado com a devida e necessária calma pelo STF. Mas o ministro Gilmar Mendes, que à época estava de plantão na máxima casa da Justiça, conhece a confusão oportunista como poucos. Não bastassem os dois habeas corpus, o STF começou a agir pontualmente para salvar a pele do banqueiro.

A primeira situação genuflecta do STF aconteceu por ocasião da proibição do uso de algemas. A decisão surgiu no rastro da pressão exercida pelos defensores dos acusados, presos na Operação Satiagraha. Acostumados a frequentar colunas sociais e páginas de economia e política nos grandes jornais de

nossa querida Botocúndia, os presos alegaram constrangimento no momento em que foram fotografados e filmados portando os braceletes da lei. Em outras palavras, o STF ensejou dar a primeira carraspana nos artífices da Satiagraha. Até então, o brasileiro comum, aquele que a Justiça supostamente cega jamais enxergou, era submetido às algemas e ponto final.

Mas isso não foi tudo. Em decisão recente, o STF determinou o que conceitualmente já era conhecido, mas que em raras ocasiões foi cumprido. A presunção da inocência. Traduzindo, o STF, sabe-se lá a mando de quem, entendeu que culpado é aquele que tem sentença transitada julgado, ocasião em que, comprovada a culpa, é possível ser decretada a prisão. Razão dessa inexplicável decisão: o banqueiro foi condenado a dez anos de prisão por tentativa de suborno de um delegado da Polícia Federal. Em outras palavras, o banqueiro oportunista foi salvo novamente.

Considerando que a história mostra que culpados são adeptos da fuga, o STF mais uma vez entrou em cena. E a decisão da Suprema Corte contempla os fugitivos, que mesmo em fuga poderão recorrer das sentenças condenatórias. Dono de alguns jatos executivos e veleiros oceânicos, o banqueiro voltou a respirar.

Não é de hoje que afirmo que o STF jamais viveu período de tamanho descrédito junto à opinião pública. Comandante da mais alta Casa da Justiça brasileira, o ministro Gilmar Mendes não poderia ser tão servil. Horas depois da invasão pelo MST das fazendas pertencentes ao banqueiro oportunista, Gilmar Mendes resolveu criticar a ação dos invasores e condenar o governo federal por financiar esses grupos de baderneiros que, agindo ao arrepio da lei, se escondem sob o escudo da causa social. Muito coerente o discurso de Gilmar Mendes, mas não se pode esquecer que invasões de propriedades rurais privadas acontecem desde o governo FHC, do qual o ministro do STF fez parte.

A primeira etapa do processo de desqualificação das investigações da Operação Satiagraha estava concluída. Mas algo mais era necessário para subsidiar a nova banca de defesa do banqueiro, que há dias conquistou inesperada derrota no STJ. E a saída foi soltar na revista Veja uma reportagem contundente, mesmo que o conteúdo jornalístico tenha abusado do condicional. Estratégia idêntica foi usada pelo grupo oportunista tempos atrás. Quando o banqueiro esteve na berlinda, a revista Veja chegou às bancas com matéria que relacionava contas bancárias no exterior pertencentes ao presidente Lula, ao delegado Paulo Lacerda e outras autoridades federais com pedigree. Nada comprovado, o caso caiu no esquecimento. Sobrou apenas para o competente jornalista Márcio Aith que, crédulo nas suas fontes, acabou rubricando a reportagem.

A mais recente reportagem da revista Veja sobre o polêmico caso tem o mesmo propósito. Desqualificar os que ousaram investigar o banqueiro oportunista. Ousado, é verdade, Protógenes Queiroz não é um irresponsável. Assim fosse, em momento algum o delegado teria conquistado posições de destaque na hierarquia da Polícia Federal. Protógenes chegou a informações tão sigilosas quanto bombásticas sobre a movimentação financeira do oportunista, as quais serviram de base legal para o congelamento de cifras milionárias em bancos estrangeiros.

Quem bem conhece os meandros dessa operação – e são poucos os que conhecem – sabe que Protógenes Queiroz não investigou os envolvidos por diversão pessoal. A Satiagraha chegou a um passo de dismantelar a maior rede de comprometimento de autoridades com o “banqueiro-bandido” (a citação é de Protógenes), situação que vem desde o início da era “cardosiana”.

Por questões óbvias, todos os que foram citados na reportagem da revista Veja fizeram aquela já conhecida cara de espanto, mas tudo não passou de um bem ensaiado jogo de cena. No decorrer da campanha presidencial de 2002, coube-me a responsabilidade jornalística de revelar as relações empresariais entre a filha de José Serra, Verônica, e a irmã do banqueiro-bandido, levada à pia batismal para receber o mesmo nome da sócia. Ambas abrigadas sob o guarda-chuva societário da “Decidir.com”, empresa com sede em Miami que teve as atividades suspensas poucos meses antes do início da campanha eleitoral. Até então, a “Decidir.com” oferecia, entre tantos acepipes empresariais, facilidades de negócios com o governo brasileiro, à época sob o comando de FHC. Situação que derruba o espanto repentino de José Serra com o conteúdo da recente reportagem de Veja.

Nessa curta retrospectiva da política tupiniquim, pouco custa lembrar que, em determinada noite, o “banqueiro-bandido” desembarcou às pressas no Palácio da Alvorada. Lá, na residência oficial do presidente da República, um irrequieto Fernando Henrique aguardava o oportunista. O cardápio do encontro foi a eleição de uma nova diretoria da Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que fazia contraponto ao banqueiro. Tudo acertado, o “banqueiro-bandido” deixou o Alvorada pela porta lateral, fugindo dos jornalistas que faziam plantão no portão principal. Se a indignação de FHC não se justifica pelo acima relatado, há muito mais informações comprometedoras a serem divulgadas.

Passadas algumas semanas do ápice da Operação Satiagraha, um conhecido e influente político – que participou de uma palestra proferida por Protógenes Queiroz em universidade do Centro-Oeste – quase chegou às raias da humilhação quando pediu desculpas ao delegado pelos ataques feitos em uma das tribunas do Congresso Nacional. Outro político, de moldura idêntica, despachou um estafeta para o Rio de Janeiro com uma missão espinhosa. Saber quais e quantas informações o delegado Protógenes tinha sobre o seu relacionamento com o banqueiro. O desesperado político, que em discursos e entrevistas atacava seguidamente o delegado, adotou um silêncio de catacumba. E nunca mais tocou no assunto.

Em relação à ministra Dilma Rousseff, seu nome pode ter surgido em conversas do grupo oportunista, especialmente porque o banqueiro contratou o ex-deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh para agir como lobista no Palácio do Planalto. E o alvo era a Casa Civil, comandada por Dilma, por onde passou a reformulação da Lei Geral de Outorgas, o que permitiu a fusão da Oi com a Brasil Telecom.

No que se refere ao ministro Mangabeira Unger, tudo muito natural. Durante bom tempo atuando como “trustee” da Brasil Telecom, empresa que era comandada pelo banqueiro, Mangabeira sempre foi um ácido e feroz crítico do presidente Lula da Silva. Para embarcar no governo petista, o agora ministro de Assuntos Estratégicos teve que cortar o cordão umbilical como o oportunista e mudar radicalmente o discurso sobre o mais famoso dos petistas.

O nome de Fábio Luís Lula da Silva, também conhecido como Lulinha, só veio à baila nas investigações da Satigraha porque insinuações sobre o envolvimento do filho do presidente Lula com o banqueiro percorreram o País como se rastilhos de pólvora fossem. E o cenário desse suposto envolvimento foram as fazendas do banqueiro localizadas no sul do Pará, recentemente invadidas por integrantes do MST.

Nesse imbróglio, cujas proporções se agigantam a cada novo capítulo, é importante lembrar que a ministra Ellen Gracie Northfleet, do Supremo Tribunal Federal, teve a incumbência de decidir sobre a quebra do sigilo dos discos rígidos do banco oportunista apreendidos durante a Operação Chacal. Nomeada pelo ex-presidente FHC, Ellen Gracie postergou a decisão o quanto pôde.

Fato é que essa reportagem tem o claro objetivo de demonizar o delegado Protógenes Queiroz, que conseguiu desbaratar a quadrilha de um bandido que se vale do folclore de ser o gênio do mal para, com excesso de ironia e confiança, agir como se fosse a "fulanização" de Lúcifer. Em nenhum momento alguém pensou na possibilidade de alguns dos citados terem caído na rede de investigação da operação policial por conta de contatos mantidos com o grupo oportunista. Não obstante, é enorme e escandalosa a lista de políticos e autoridades que mantêm conta bancária no exterior, especialmente no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, reduto operacional de predileção do mais contundente e corrupto banqueiro brasileiro.

Alguns certamente irão me questionar sobre a influência do banqueiro na mídia, mas nos bastidores da notícia isso é tido como favas contadas. Na base de dados da Operação Satiagraha há provas irrefutáveis que desmontam a aura de probidade que recobre alguns badalados adeptos de Gutenberg. No contraponto, uma situação que só teve espaço na era plúmbea brasileira, a censura, tem se repetido em importantes redações. Um renomado e competente jornalista, que integrava o staff redacional de um importante jornal, foi proibido de escrever com muita profundidade sobre o caso do banqueiro. Abalado e doente, o jornalista acabou no hospital.

Por enquanto o tapete da corrupção está dando conta da sujeira, mas um dia ele há de encurtar.

ATENÇÃO: O inteiro teor do site (www.uchohaddad.com.br) e a obra aqui reproduzida estão sob a proteção da Lei de Direitos Autorais.

Todos os direitos reservados - Copyright © 2013 - Ucho Haddad